

## ■ Emprego, crescimento e renda: história de conteúdo e forma de movimento

Antonella Corsani e Maurizio Lazzarato

### Da relação capital-trabalho à relação capital-vida

A política econômica e social da esquerda sempre foi pensada e organizada em torno da relação capital-trabalho.

É possível, hoje, apreender o sentido da globalização liberal, por um lado, e, por outro, a multiplicidade dos movimentos sociais, dos novos sujeitos políticos e das formas de resistência, bem como a própria atividade produtiva, através do prisma do antagonismo capital-trabalho? Para tentar pensar um projeto político à altura das transformações capitalistas que estão em curso, nós propomos partir da relação capital-vida (e considerar o trabalho como uma parte da vida).

Podemos constatar que até mesmo as reflexões sindicais se deslocam, de modo ainda bastante tímido, e de maneira distinta, para este terreno da vida. A CGT, por exemplo, em sua discussão sobre o novo estatuto do assalariado, é obrigada a levar em conta os "direitos do indivíduo ao longo de toda a sua vida":

"Trata-se, de fato, de passar de uma visão reparadora sobre a indenização do desemprego e do direito à licença a um direito do indivíduo ao longo de toda a sua vida, que o libera de sua dependência em relação ao futuro e à gestão de tal ou tal empresa".

A vida é ainda, certamente, mais uma vez, a vida do assalariado, mas mesmo este mínimo deslocamento – do assalariado à vida do assalariado – nos parece significativo. Desta maneira, implicitamente, desconecta-se os direitos do indivíduo do trabalho na empresa e reconhece-se que seu tempo de vida prima sobre seu tempo de trabalho e que é o primeiro a fonte dos novos direitos.

<sup>1</sup> Texto extraído da Revista *Multitude*, Ed. Exils-Paris.

<sup>2</sup> A CGT é uma confederação sindical próxima do Partido Comunista Francês. A CFDT Confederação sindical mais moderada, é próxima do Partido Socialista Francês.

Em um outro trecho deste documento, a CGT reivindica políticas do Welfare que não sejam mais indexadas, de modo exclusivo, pelo trabalho. Fala-se, com efeito, da "securité sociale" como uma instituição que deve garantir os direitos desde "o nascimento até a morte". Direção esta que se impõe aos governos: a fonte dos direitos sociais é a vida dos indivíduos (do nascimento à morte).

Mesmo a CFDT, tendo assinado o Manifesto por um Desenvolvimento Durável, lançado pelo clube Convictions, parece querer expandir seu eixo de ação sindical clássico (crescimento e emprego), na direção de um engajamento por um desenvolvimento que respeite, ao mesmo tempo, a vida dos indivíduos (e a vida de diferentes gerações) e a vida do planeta, do meio biológico e etc.

### **Por que estes deslocamentos?**

Porque nos confrontamos com uma acumulação capitalista que não se funda mais somente na exploração do trabalho no sentido industrial do termo, mas na exploração do conhecimento, do vivo, da saúde, do tempo livre, da cultura, dos recursos relacionais entre indivíduos (comunicação, socialização, sexo), do imaginário, da formação, do habitat, etc.

O que se produz e se vende não são apenas bens materiais ou imateriais, mas formas de vida, formas de comunicação, padrões de socialização, de educação, de percepção, de habitação, de transporte e etc. A explosão dos serviços está diretamente ligada a esta evolução, mas não se trata mais, exclusivamente, de serviços industriais, mas de dispositivos que organizam e controlam as **formas de vida**. Para a acumulação do capital, as diferenças étnicas, religiosas e culturais tornam-se mercadorias, bem como a reprodução biológica da vida. A vida e suas diferenças tornam-se fatores de valorização de um capital cada vez mais nômade.

A globalização que estamos vivendo não é somente uma globalização extensiva (a deslocalização etc.), mas é também uma globalização intensiva, que concerne tanto os recursos cognitivos, culturais, afetivos, comunicativos (a vida dos indivíduos), quanto os territórios, os patrimônios genéticos (humanos, vegetais e animais) e os recursos da vida das espécies e do planeta (a água, o ar e etc.).

Logo, o que é posto a trabalhar é a **vida**, o que é explorado, o que é objeto de acumulação, são as diferentes expressões da vida. Esta "colocação em trabalho" da vida, por um capital mais e mais globalizado e tornado possível pelas lógicas neo-liberais, é geradora de inseguranças. A insegurança e os riscos não são mais os do trabalho, como no fordismo, mas são a insegurança e os riscos da vida em sua globalidade: da pobreza à vaca louca, da exclusão à Aids, do problema da habitação à "identidade sexual". São os fundamentos da própria vida que são sacudidos.

### **Mas a partir de que ponto de vista pensar a "resistência" e uma política ofensiva?**

É justamente do ponto de vista da **produção** da vida (social e biológica, afetiva e econômica), que tentamos definir aqui rapidamente, que nós podemos inventar novas formas de resistência. Devemos resistir às políticas liberais, mas a partir da afirmação, no sentido positivo, da potência desta **vida**. Dito de outro modo, devemos pensar para além do trabalho e de suas formas clássicas de exploração, o que não significa negar a exploração do trabalho, mas compreendê-la neste contexto expandido.

Por que lembramos estas coisas que nos parecem evidentes? Porque os reflexos da esquerda depois da derrota de 21 de abril<sup>3</sup> nos forçam a voltar ao assunto. Ela pede o aumento do Smic<sup>4</sup> e o aumento dos mínimos sociais. Estas medidas são, certamente, necessárias, mas pensadas por fora destas novas formas de acumulação e das novas formas de vida, elas correm o risco de se reduzir a medidas de gestão e de regulação dos "pobres", com ou sem trabalho (medidas liberais clássicas ou neo-keynesianas que são representadas invariavelmente na história do capitalismo).

### **Podemos afrontar esta nova configuração do capitalismo com a concepção do trabalho e do emprego herdada do capitalismo industrial?**

O trabalho propriamente industrial se tornou uma das formas da atividade "produtiva". O que não quer dizer que ele desapareceu. Ao contrário, ele

<sup>3</sup> Dia das eleições presidenciais

<sup>4</sup> Salário mínimo

persiste no ocidente e aumenta em outros lugares do mundo (a Organização Mundial do Trabalho – OIT – lembrou que "246 milhões de crianças com idade entre 5 e 17 anos trabalham no planeta"). Mas o trabalho industrial só poderá exprimir sua força de mobilização e de crítica, que permanece importante, dentro de uma estratégia que se agencie com outras camadas de assalariados (e não assalariados) e de forças sociais que não possuem os mesmos problemas e os mesmos "interesses".

O trabalho industrial não é mais, nem o centro da valorização capitalista, nem o modelo de subjetivação política e social para o conjunto das forças sociais, como foi no passado, nem a força exclusiva que pode produzir instituições e politização nas sociedades pós-fordistas.

A forma salarial permanece a forma dominante pela qual o capitalismo explora a cooperação e a invenção dos indivíduos, mas ela explodiu em uma multiplicidade de atividades e de estatutos que se exprimem por subjetividades e anseios que não podem ser reconduzidos a um conceito tradicional de "classe". Dos "intelectuais precários" – resultado da escolarização em massa, da fuga do trabalho assalariado – à caixa de supermercado que trabalha em tempo parcial, o espectro de atividades não para de se expandir.

A entrada, em massa, de mulheres no mercado de trabalho não traz somente o problema do estatuto e do salário (que permanece todavia, por toda parte, inferior ao dos homens), mas também o problema da relação contraditória e conflituosa entre "tempo de trabalho" e "tempo de vida". Da mesma maneira que o trabalho dos imigrados, cujo número, apesar da histeria identitária e xenófoba, só poderá aumentar – a comissão europeia cita a necessidade de 50 milhões de entradas na comunidade europeia nos próximos anos –, traz problemas que não podem ser resolvidos exclusivamente com as receitas clássicas do movimento operário.

Estas figuras, múltiplas e irredutíveis àquela do trabalho industrial e suas formas de organização, não podem ser representadas por um sujeito único – classe operária – capaz de totalizar os comportamentos.

### **Da gestão do desemprego e do controle das despesas sociais ao controle da vida: as políticas de emprego e crescimento.**

As políticas econômicas da esquerda sempre tiveram por pivô o "salário" e o "emprego", enquanto a "renda" diz respeito à solidariedade que deve exprimir-se no social. A lógica que subentende este ponto de vista é a seguinte: o trabalho é produtivo, produz a nova riqueza, enquanto a renda é uma despesa improdutiva, ou seja, o consumo de uma riqueza produzida em outra parte. Lionel Jospin resumiu-o muito bem: "A sociedade francesa é uma sociedade fundada no trabalho e não na assistência".

É nesta ótica que o governo socialista (e a aliança "gauche plurielle") fez do pleno emprego e do crescimento seus objetivos fundamentais.

A reconciliação com o crescimento foi pensada como um objetivo possível, e realista, mas trata-se do crescimento de uma produção que, supostamente, deve manter suas características industriais, mesmo que com um maior conteúdo de serviços, cujo crescimento levaria necessariamente ao pleno emprego.

Na verdade, este pleno emprego e este crescimento foram pensados em uma lógica "todas as outras condições permanecendo inalteradas", quer dizer, abstraindo a transformação radical e paradigmática da natureza da produção e da força de trabalho, do mercado de trabalho e dos modos de valorização do capital. Uma transformação que, como dissemos anteriormente, prefigura uma relação diferente entre vida e trabalho, entre vida e capital.

A lógica subjacente à instalação de diferentes dispositivos de luta contra o desemprego e por um novo crescimento era, portanto, a da "ativação" das despesas passivas, contra a lógica da assistência. Nesta perspectiva, a extensão dos assalariados, por políticas ativas de emprego, era considerada como uma condição necessária e suficiente para sair da sociedade da assistência e fundar uma sociedade do trabalho.

Contudo, no interior de uma economia globalizada e submetida portanto à chantagem de um capital cada vez mais nômade, a luta pelo emprego e pelo crescimento deveria passar, seguindo esta lógica, pela flexibilização do mercado

de trabalho e pela redução do custo salarial. Porque se aceita ainda uma visão que faz da empresa o único local de produção de riqueza!

### **As políticas pelo emprego: a desconexão trabalho-renda**

As políticas pelo emprego (empregos para jovens, empregos assistidos, ajudas ao desenvolvimento do tempo parcial) permitiram efetivamente um assalariamento em massa, mas ao preço de uma crescente precarização dos empregos. O que não impediu, ao mesmo tempo, uma progressão do desemprego e da pobreza.

O emprego, em uma economia dominada pela incerteza e pela flexibilidade, não garante muita coisa em si mesmo. O desemprego, como nos EUA, desaparece somente das estatísticas, sendo integrado na "produção flexível", nos *working poors*, nos trabalhos precários, nos trabalhos em tempo parcial e etc.

Mais do que de um novo assalariado, seria preciso falar, mais propriamente, de um precariado como produto verdadeiro dessas políticas.

Paralelamente, e conjuntamente, elas contribuíram em grande escala, desta forma, para deixar vir à tona uma desconexão fundamental (em negativo) entre trabalho e renda: a emergência do fenômeno dos trabalhadores pobres não é justamente a mais forte expressão do fato de que um emprego assalariado não garante muita coisa? Nem mesmo, certamente, uma renda decente para viver?

### **A lei Aubry sobre a redução do tempo de trabalho<sup>5</sup>: a desconexão crescimento-emprego.**

A lei Aubry sobre a redução do tempo de trabalho se inscreve na seguinte lógica: fazer frente ao desemprego através de uma redistribuição do trabalho ao invés de uma redistribuição dos rendimentos (o que diria respeito à assistência). A lei Aubry vai agir sobre um mercado de trabalho que não tem mais nada do mercado de trabalho do período fordista: ele está explodido, é um conjunto extremamente diferenciado de figuras provenientes da crise do fordismo e das políticas

<sup>5</sup> Lei sobre a redução da jornada de trabalho, chamada também de "35 horas".

pelo emprego, este mercado de trabalho não funciona mais com base nos dualismos clássicos dentro/fora, assalariado/não-assalariado, ativo/inativo. Sua única norma é a intermitência, a mobilidade submetida, a precariedade.

Se o custo da operação permanece muito elevado, o impacto em termos de criação de empregos está muito abaixo das expectativas, pois, além das características do mercado de trabalho, o crescimento nada mais tem de regular, como consequência, ao mesmo tempo, certamente, das instabilidades radicais da globalização financeira, mas também do fato de que a produção está submetida a níveis elevados de incerteza que não podem mais relacionar-se à antiga concepção dos riscos de mercado.

O crescimento, quando tem lugar, é dominado pela incerteza, uma vez que não é o crescimento de uma produção padronizada (logo previsível, como no fordismo), mas aberta e diretamente ligada aos mercados e aos clientes. Produção que evolui, quase em tempo real, com as exigências do mercado e que não pode mais ser definida como industrial, uma vez que explora os recursos intelectuais, comunicacionais e afetivos da humanidade, bem como os recursos naturais do planeta. A "produção industrial" está fadada a ser uma parte da atividade geral... As incertezas do mercado e da produção são transferidas aos trabalhadores como riscos, e estes devem assumi-los como precariedade, flexibilidade e moderação salarial.

Mesmo em fase de crescimento, mesmo em situação de alta dos lucros, os riscos de licenciamentos em massa não estão distantes. À desconexão (em negativo) trabalho/garantia de rendimento, vemos somar-se esta segunda desconexão: lucro/investimento/manutenção-criação de emprego. A relação capital-trabalho encontra-se rompida também de outra maneira: a feliz acumulação do capital não gera mais, necessariamente, crescimento econômico e não cria novos empregos.

Por outro lado, criam-se novos jazigos de riqueza fora do capital e do trabalho assalariado: a economia solidária, as atividades de proximidade, as atividades associativas, os bancos de horas, mas também as atividades comunitárias que se criam na internet e etc. Dentro destas realidades, não é preciso muito esforço para se ver como a cooperação e a produção de riqueza não passam mais, necessariamente, pelo trabalho e pelo assalariamento.

Mas podemos dizer que a lei Aubry não trouxe nada? Ela trouxe algo de novo, mas justamente do lado da relação vida-capital e, para enxergá-lo, é preciso considerar a lei Aubry do ponto de vista da repartição do tempo de trabalho: é a intensificação do tempo e da carga de trabalho; é trazer a flexibilidade para o interior da empresa; é, sobretudo, submeter os tempos e os ritmos da vida aos da empresa.

De modo ainda mais fundamental, as ambigüidades da lei Aubry não podem ser melhor compreendidas do que na definição bastante vaga de tempo de trabalho: o reconhecimento implícito da impossibilidade, de agora em diante, de separar o tempo da vida e o tempo de trabalho. Estes tempos são confiados ao poder de controle da empresa, não mais exclusivamente sobre o trabalho, mas diretamente sobre a vida. Na falta de ser um lugar de organização da produção de riqueza, a empresa torna-se a instituição de gestão da vida dos indivíduos, a partir e do ponto de vista da lógica do lucro.

### **O que é dizer que não há mais separação clara e franca entre vida e trabalho?**

- Que os tempos de trabalho, como trabalho assalariado, são momentos no interior de uma vida que se torna produtiva em todos os seus tempos e não somente no tempo passado na empresa.

- Que o trabalho demanda um engajamento subjetivo que pressupõe um investimento da pessoa em suas capacidades inventivas, relacionais e etc.

Mas também, levando mais longe nossa reflexão, que a separação entre produção e reprodução própria do período industrial e fordista não funciona mais, uma vez que também as atividades propriamente de reprodução (biológica e social da força de trabalho) são captadas por novos mercados de "órgãos sem corpo", mercados de propriedade, mercados de reprodução biológica, mercados culturais, mercados de saúde, mercados de formação, mercados de vida afetiva. É preciso sublinhar aqui que os efeitos negativos desta nova natureza da produção capitalista atingem todas as camadas de "assalariados e de não-assalariados". Mas atinge também o conjunto da população (degradação do equilíbrio do pla-



neta, novos direitos de propriedade intelectual que expropriam o saber e dão um poder de vida e morte às grandes empresas químicas e farmacêuticas). A pobreza (relativa) e o desemprego precipitam e assombram todo o mundo do trabalho. O medo e a insegurança são, antes de tudo, o medo e a insegurança do futuro do rendimento, do trabalho, das aposentadorias, da própria vida.

Para resumir: A lógica do capital global produz duas desconexões fundamentais: (1) o fato de ter um emprego não garante mais, nem a continuidade de um rendimento, nem um rendimento satisfatório para sobreviver. (2) o crescimento da produção e dos lucros não garante mais a criação de empregos.

Ao mesmo tempo, esta lógica do capital global, comporta uma dominação direta do capital sobre a vida. Nesta perspectiva, a passagem do *Welfare* ao *Workfare*, para subordinar o social ao econômico, diria o Medef, para poder restabelecer a boa ordem entre produção (primeiro) e redistribuição (depois), diria Jospin, deve ser radicalmente subvertida, pois parece bem evidente que não se trata tanto de uma questão sobre o montante das despesas sociais mas sim da composição destas despesas. Porque é esta composição que exprime o projeto de sociedade que construímos.

### **A renda garantida como processo constituinte**

Um novo projeto político deveria tomar a contrapelo a verdade que os socialistas contribuíram a afirmar a partir dos anos 80: a "produção" encontra suas fontes na empresa. Mas deve tomar a contrapelo, também, a verdade da esquerda, que é apenas o reflexo especular daquela que acabamos de citar: somente o trabalho assalariado é criador de riqueza.

Tentamos demonstrar que a produção da riqueza ultrapassa consideravelmente a empresa. A valorização capitalista não se funda exclusivamente na exploração do trabalho assalariado, mas também na exploração da vida, ou seja, na exploração do que a humanidade produz em comum (recursos intelectuais, comunicativos, científicos, a força-invenção, assim como os recursos naturais, genéticos, o território e etc).

Na realidade, a captação, pelo capital, da riqueza socialmente criada passa hoje por novos dispositivos de poder que não coincidem mais, diretamente, com

a empresa e seus modos clássicos de trabalho; riqueza que a empresa integra em suas estratégias de exploração, que é, antes de tudo, exploração de bens comuns e coletivos: (1) a finança global, que não é, em primeiro lugar, um instrumento de especulação, mas de captura da valorização da cooperação social; (2) As novas leis da propriedade, que não asseguram somente a apropriação do trabalho assalariado pela propriedade dos meios de produção, mas a apropriação da cooperação que ultrapassa a empresa (direito de autor, copyright, patentes sobre o vivo e etc).

Devemos pensar estratégias que, por um lado, bloqueiem esta apropriação de bens coletivos e comuns pela finança e pelas novas leis sobre a propriedade e, por outro lado, estratégias que nos garantam contra a dupla desconexão que definimos acima: a desconexão (em negativo) trabalho/garantia de rendimento e a desconexão lucro/investimento/manutenção-criação de empregos.

Em positivo, devemos organizar formas de luta e instituições que reconheçam a nova natureza da cooperação social, a nova natureza da produção de bens coletivos e comuns e os sujeitos desta produção. Reconhecer, no capitalismo, significa pagar.

Pensamos que um dos instrumentos privilegiados para organizar esta dupla tarefa é o da renda garantida, universal e incondicional.

1. A renda garantida como processo constituinte. Para abrir uma fase constituinte no nível econômico e social e no nível das instituições.

2. A renda garantida não deve, sobretudo, inscrever-se em uma lógica de redistribuição, mas em uma lógica subversiva da ultrapassagem radical de uma repartição da riqueza fundada no capital e no trabalho.

3. A renda garantida como ferramenta para reverter a relação entre trabalho e sociedade, entre cooperação social e divisão smithiana do trabalho. Em outros termos, uma renda como instrumento de autovalorização da cooperação: a cooperação como liberdade de agir junto, como potência criadora da diferença, da multiplicidade.

4. Uma renda garantida que não exija anteriormente seus cálculos orçamentários de factibilidade, não se trata, mais uma vez, de um dispositivo de gestão social-democrata da miséria, mas de uma ferramenta fundamental para

distender a restrição salarial: uma verdadeira proteção social contra a chantagem da exclusão, um freio à corrida pelo rebaixamento do custo do trabalho, mas também ao desenvolvimento de formas de trabalho de merda.

5. Uma renda garantida em suas formas monetárias mas também em natureza: "livre acesso" à saúde, à formação, à informação, à água, à energia, aos transportes, à moradia.

6. Uma renda garantida pode ser o terreno fundamental sobre o qual recompor, construir uma subjetivação coletiva, para ir além da sociedade do trabalho.

Para terminar, pensamos que, desde 68, abriu-se uma nova fase política comparável à abolição da escravatura: a possibilidade de fundar a produção e a reprodução da humanidade sobre outra coisa que o trabalho assalariado. Permanecemos fiéis aos desafios políticos lançados à época do nascimento do movimento operário: a abolição do assalariado.

Precisamos de um projeto realista, logo de um projeto revolucionário.

Tradução **Tatiana Roque**

■.....Antonella Corsani é economista. Vive e trabalha em Paris.

■.....Maurizio Lazzarato é sociólogo e filósofo. Vive e trabalha em Paris.